

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ABA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Jéssica Alves da Costa¹; Ana Cristina Batista Duarte²; Wellydalion Dorneles Batista Borge³; Kênia Cristina Bueno Peixoto⁴; Jeissy Ellen Barbosa Cardoso⁵

¹Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer, jessica_alvescosta@hotmail.com;

²Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer, psicopedagoga.sme.ipora@gmail.com;

³Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, wellydalion@gmail.com; ⁴Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer, kcristinabueno76@hotmail.com. ⁵Núcleo de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Sudez, jeissyellen@outlook.com.

Resumo: No ambiente escolar, as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem apresentar diferentes necessidades educacionais e comportamentais. Dessa forma, é de suma importância ter o conhecimento na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) que baseia em evidências científicas. Para o professor de Atendimento Educacional, cuja atribuição inclui orientar os professores e atender aos estudantes TEA, ter conhecimento básico sobre a ABA torna-se indispensável. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a contribuição da Análise do Comportamento Aplicada no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na etapa da Educação Básica. Essa etapa é crucial para aquisição de habilidades básicas, como contato visual, sentar-se, atenção compartilhada, brincar funcional e outras. Nesse contexto, a ABA se torna essencial, pois oferece estratégias que podem ser utilizadas no âmbito escolar. Entre elas estão a utilização do reforço positivo, pistas visuais, quadro de rotinas, *cards* com imagens e oferecer a previsibilidade. Essas são estratégias que auxiliam na motivação e no engajamento nas atividades. Sublinha-se que a metodologia é de natureza qualitativa e se sustenta em pesquisa bibliográfica focada na ABA e a sua aplicação em contexto escolar. Dessa forma, diversos autores que escreveram sobre ABA deram sustentação à produção bibliográfica desse estudo, quais sejam Castro (2024), Lear (2004), Miltenberger (2023), Coelho (2025), Gomes e Silveira (2022) e Penha *et al* (2024). No uso da ABA, são diversas as possibilidades de intervenções que podem ser utilizadas no contexto escolar, como a análise funcional, ficha de economia, Aprendizagem Sem Erros, tentativas discretas, uso dos reforçadores, entre outros. Desse modo, o professor de AEE, tendo o conhecimento em ABA, se mune de estratégias eficazes em suas orientações e atendimentos no ambiente escolar, respeitando as singularidades de cada indivíduo.

Palavras-chave: Comportamento; Escola; Atendimento; TEA.

INTRODUÇÃO

De acordo com Matoan (2003, p. 12) “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. A Educação Especial é definida na Lei Diretriz e Bases da Educação Nacional como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Embora a Educação Inclusiva, na perspectiva da Educação Especial, tenha obtido avanços em termos de legislação, conhecimento e ações desenvolvidas, ainda se faz necessário discussões e aprimoramento em relação à qualidade do trabalho educacional. Isso porque, de acordo com a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do município de Iporá, Goiás, nos últimos anos, apresenta uma crescente demanda de matrícula de crianças com deficiência e, especificamente, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública Municipal de Iporá, Goiás. Esse cenário leva à necessidade de profissionais com formação contínua e avaliação de processos educacionais e, também, à necessidade de ação do poder público.

A Constituição Federal de 1988 assegura que todos têm o direito a educação de qualidade e as crianças com deficiência ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, o AEE tem como função complementar e/ou suplementar à formação dos estudantes público-alvo do atendimento; bem como, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

O AEE é ofertado em todas etapas de ensino, assim, o professor de AEE tem função de orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade a materiais didáticos utilizados pelo aluno. Ele também deve estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos, de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes em todas as atividades escolares.

Dessa forma, o professor de AEE precisa de formação continuada para realizar essas atribuições de forma eficaz, e pensando na demanda de estudantes com deficiência, principalmente no crescente diagnóstico de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Conforme dados publicados em abril deste ano pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), a taxa de crianças diagnosticadas com TEA, nos Estados Unidos, foi de aproximadamente 1 a cada 31 crianças de até 8 anos. Assim, o conhecimento na Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* - ABA) se torna imprescindível nesse contexto. Gaiato *et al.* (2022) apontam que diversos estudos têm enfatizado a eficácia das intervenções da ABA no desenvolvimento de

pessoas TEA.

A ABA é baseada em técnicas de reforços positivos que aumentam a probabilidade de comportamentos desejáveis e adequados. Dessa forma, a pesquisa apresentada tem o objetivo refletir sobre a contribuição da Análise do Comportamento Aplicada no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na etapa da Educação Básica, a partir de uma revisão bibliográfica.

Nessa perspectiva, o estudo em questão torna-se suma importância, pois poderá contribuir para reflexões sobre a formação continuada na ABA dos profissionais educacionais e melhorias no processo inclusivo das pessoas com deficiências no ambiente escolar.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Sublinha-se que a metodologia se sustenta em pesquisa bibliográfica, focada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e a sua aplicação em contexto escolar. Conforme Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O objetivo é explorar os autores que possuem domínio sobre o tema, através de materiais de caráter científico em complemento às legislações vigentes. “A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também exploram novas áreas, nos quais os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente” (Marconi; Lakatos, 2009, p. 44).

Nesse contexto, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa para explorar as dimensões teóricas e práticas da ABA. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade de um grupo social ou organização, centrando-se nas relações sociais. Este estudo é realizado através da pesquisa exploratória, proporcionando maiores informações sobre o assunto estudado. De acordo com Andrade (2010), as pesquisas exploratórias permitem proporcionar uma maior qualidade aos estudos abordados.

Diversos autores que escreveram sobre ABA deram sustentação à produção bibliográfica deste estudo. Castro (2024), por exemplo, aborda a ABA apresentando estratégias que podem ser utilizadas por diversos profissionais, como família, professores e profissionais da área da saúde. Lear (2004), por sua vez, produziu um manual para abordagem da ABA que apresenta orientações acessíveis e aplicável em vários contextos. Miltenberger (2023) apresenta estratégias para intervir em diferentes comportamentos.

Coelho (2025) apresenta um guia prático para prevenir comportamentos-problema graves de forma humanizada e eficiente. Gomes e Silveira (2022) contam com um manual que apresenta orientações e procedimentos para a o ensino e aprendizagem das habilidades básicas das crianças TEA. Penha *et al.* (2024) defendem que a ABA possibilita estratégias para o desenvolvimento de habilidades aos estudantes com TEA, contribuindo para uma educação inclusiva.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se o Google Acadêmico como principal fonte de dados. Essa plataforma é amplamente reconhecida no meio acadêmico por sua capacidade de indexar uma grande diversidade de artigos científicos, livros e outras publicações de relevância acadêmica. Foi utilizado também livros com a temática de intervenções em ABA e no TEA para compor a pesquisa.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A Educação Especial é definida pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1966). Dessa forma, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que está em todos os níveis e etapas do ensino.

O professor de atendimento tem o papel fundamental de realizar o planejamento individual para o estudante público-alvo da Educação Especial. Ele atende às singularidades de cada sujeito, visando a potencializar o seu desenvolvimento, garantindo a equidade, condições ao acesso, participação, permanência e aprendizagem no ambiente escolar.

Esse trabalho contribui com a inclusão e promove a participação de todos os estudantes no processo de ensino. É indispensável que essas ações sejam realizadas em trabalho colaborativo com os demais profissionais da rede de ensino, e com a equipe multiprofissional que acompanha a criança, a fim de analisar os avanços, identificar o que precisa ser alcançado para promover a autonomia dos discentes (Santana; Texeira, 2022).

Portanto, o AEE tem um papel essencial no processo de inclusão escolar, não apenas oferecendo um atendimento individualizado para os estudantes com deficiência, mas também promovendo uma colaboração constante entre os profissionais da educação, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso a um ensino significativo e adequado às suas necessidades.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

“O transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e os comportamentos restritos” (Castro, 2024, p. 22). O TEA costuma se manifestar nos primeiros anos de vida, geralmente antes dos três anos, e pode impactar diferentes áreas do desenvolvimento, como a socialização, comunicação, pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos, que impactam o desenvolvimento social, pessoal, pedagógico e profissional.

De acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012), a área mais prejudicada, e a mais evidentes no TEA, é a habilidade social, pois frequentemente enfrentam desafios para interpretar sinais sociais e compreender as intenções alheias, o que pode impactar sua interação com o meio. A segunda área afetada é a comunicação, tanto verbal quanto não verbal, dificultando a expressão e a compreensão das informações no convívio social. Já a terceira diz respeito aos padrões comportamentais, caracterizados por interesses e atividades restritas e repetitivas, como uma fixação intensa por temas específicos (trens, carros, dinossauros, entre outros). Além disso, muitas crianças autistas apresentam rigidez cognitiva, apresentando pouca flexibilidade para alteração de rotinas.

De acordo com Associação Americana de Psiquiatria (APA), os sintomas do TEA é o atraso no desenvolvimento da linguagem, com ausência de interesse social, comportamentos repetitivos e o não brincar funcional. Ele demonstra interesse apenas por um objeto e realizar repetições, quando a criança apresenta rigidez cognitiva, alinha os objetos e muda de comportamento quando algum deles é retirado do alinhamento.

O TEA é uma condição persistente e de caráter persuasivo, sem possibilidade de cura. No entanto, a intervenção precoce pode modificar o prognóstico e amenizar os sintomas. Castro (2024, p. 24) afirma que “[...] o TEA é mais que isso – ele é complexo, amplo e variável. Até mesmo a palavra *espectro* torna-se insuficiente para descrever com clareza toda a sua singularidade”. O Manual de orientação no diagnóstico do TEA, publicado pela Sociedade Brasileira de Pediatria em 2019, afirma que o TEA é causado por uma combinação de fatores genéticos e ambientais. Os fatores genéticos não atuam isoladamente, sendo modulados por fatores ambientais de risco. Entre esses fatores, destacam-se a idade avançada dos pais no momento da concepção, a negligência severa nos cuidados infantis, a exposição a determinadas medicações durante a gestação, além do nascimento prematuro e do baixo peso ao nascer.

O TEA é classificado de acordo com o nível de necessidade de suporte, conforme

os critérios diagnósticos do DSM-5 (2019). O nível 1 corresponde a indivíduos que precisam de apoio leve no cotidiano. No nível 2, requer suporte substancial; enquanto no nível 3 há necessidade de um suporte muito substancial para o desenvolvimento das atividades diárias.

Nesse contexto, a realização de intervenções eficazes desde os primeiros anos de vida pode impactar positivamente o desenvolvimento da criança a longo prazo. Segundo De Marco *et al.* (2021), a intervenção precoce refere-se às ações iniciadas desde o primeiro mês de vida até, aproximadamente, os seis anos de idade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nesse período, as crianças estão frequentando creche, educação infantil ou no primeiro ano do ensino fundamental (Brasil, 1996). Esse tempo da unidade escolar é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Além disso, o ambiente escolar apresenta diversos contextos de aprendizagem, que poderá contribuir para a generalização de habilidades aprendidas, e uma vez que a criança permanecerá na escola por muitos anos e sua maior parte do tempo. Almeida e Menezes (2022) enfatizam que a escola não é uma clínica de terapias, mas contribui para o processo de aprendizagem, no qual, apresenta diversas oportunidades e possibilidades de adquirir novas habilidades, e por meio da parceria da equipe multidisciplinar proporciona o desenvolvimento da criança.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A ABA, sigla derivada do inglês *Applied Behavior Analysis*, é uma abordagem sistemática voltada ao estudo e modificação do comportamento humano, baseada em princípios cientificamente comprovados. Essa ciência tem sido amplamente utilizada nas intervenções de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando-se por proporcionar práticas personalizadas, com o objetivo de promover avanços significativos no desenvolvimento e na qualidade de vida dos pacientes.

Nesse contexto, a ABA é importante para oferecer estratégias eficazes que podem ser aplicadas no contexto escolar, proporcionando a aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles diagnosticados com TEA. Penha *et al.* (2024) enfatizam que a educação inclusiva exige práticas pedagógicas flexíveis, capazes de atender às necessidades de todos os estudantes. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se destaca ao oferecer estratégias eficazes que podem ser incorporadas ao ambiente escolar para favorecer, tanto o aprendizado quanto a adaptação social desses

estudantes.

A ABA não se restringe apenas ao contexto clínico, pois pode ser amplamente aplicada em diferentes cenários, incluindo o ambiente escolar. A implementação da ABA no contexto educacional pode proporcionar avanços significativos para crianças com deficiências e principalmente em indivíduos com TEA, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicação, aprendizagem acadêmica, cognitivas e para a diminuição de comportamentos interferentes, favorecendo uma inclusão mais efetiva (Souza; Viana, 2024).

A ABA no ambiente escolar é de suma relevância, especialmente para o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como uma das atribuições orientar os docentes em sua atuação em sala de aula, possibilitando o suporte pedagógico inclusivo e realizar atendimentos dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Nesse sentido, ao trabalhar com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se fundamental ir além do diagnóstico, considerando aspectos que influenciam diretamente no processo de aprendizagem. É necessário compreender os interesses, preferências e reforçadores motivacionais de cada aluno, pois isso permite uma abordagem mais eficaz, favorecendo seu desenvolvimento e ampliando suas experiências de forma significativa (Debald, 2024).

De acordo com Coelho (2025), a ABA reconhece que cada indivíduo tem sua singularidade, suas histórias e necessidades. Nesse contexto, a criança com TEA pode manifestar diferentes comportamentos, entre eles os comportamentos interferentes. Diante disso, é possível ensinar respostas alternativas, ou seja, novos comportamentos funcionais. De acordo com Ala'i-Rosales *et al.* (2018), esses comportamentos se organizam em quatro áreas: a) comunicar de maneira clara suas preferências e vontades, de forma que seja compreendido pelos outros; b) brincar de forma individual e em grupo; c) conseguir atenção e afeto das pessoas de forma respeitosa, segura e compreensível; e) lidar com a adversidade, aprendendo a resolver atividades que não são de seu interesse, saber tolerar adversidade com flexibilidade, mesmo quando há mudanças de rotinas.

Um dos princípios essenciais da ABA é o reforço positivo, em que os comportamentos acompanhados de consequências favoráveis têm maior probabilidade de se repetirem. Essa estratégia é amplamente utilizada para fortalecer habilidades e promover comportamentos desejáveis, contribuindo para o desenvolvimento e a aprendizagem de indivíduos (Penha *et al.*, 2024). “Por exemplo, você canta uma música

e todos o aplaudem – você quer fazer de novo” (Lear, 2004, p. 3-2).

A ABA também contempla a utilização do reforçador negativo, ou seja, é a remoção de algo desagradável que resulta no fortalecimento de um comportamento. Ele é também chamado de “aversivo”. Por exemplo, você retira a etiqueta de uma camisa nova que está irritando sua nuca, ela se sente bem e você retirará todas as etiquetas de suas camisas novas (Lear, 2004). Esses dois tipos de reforçadores podem ser utilizados em sala de aula, e o professor do AEE desempenha um papel fundamental para orientar na utilização dessas estratégias, a fim, de promover o engajamento nas atividades e intervir em determinados comportamentos.

A previsibilidade é essencial para as crianças TEA. Assim, o estudante saberá o que irá ocorrer durante a aula e se haverá algo diferente, promovendo a segurança do estudante em sala de aula e evitando comportamentos interferentes (Retzlaff; Oliveira; Brito, 2020).

Nesse contexto, a aplicação de estratégias baseadas na ABA também se mostra essencial no processo de alfabetização das crianças com TEA, pois ele requer um olhar mais atento e estratégias pedagógicas específicas para garantir uma aprendizagem significativa. Isso ocorre porque, antes de iniciar a alfabetização propriamente dita, é essencial que a criança desenvolva os pré-requisitos fundamentais para esse processo.

Melo *et.al* (2001, p. 291) defendem que o repertório inicial, previamente aprendido, é fundamental para que novas aprendizagens aconteçam. Por exemplo, para ensinar a escrita manual, é essencial que a criança saiba segurar o lápis e executar movimentos específicos ao traçar linhas ou formas no papel. Além disso, há um conjunto de comportamentos fundamentais e gerais que promovem a aprendizagem de uma variedade de outros comportamentos, especialmente no contexto educacional. Habilidades básicas como imitar, atenção, seguir instruções e discriminar (responder de maneira diferenciada a estímulos de várias modalidades, como visual, auditiva, tátil, entre outras) são exemplos dessas habilidades essenciais.

É relevante que os professores conheçam esses pré-requisitos, para poderem planejar e aplicar intervenções pedagógicas mais assertivas. Além disso, a identificação precoce das habilidades básicas e dos pré-requisitos para a alfabetização permite que o ensino seja conduzido de forma gradual, respeitando o ritmo e as necessidades de cada estudante (Gomes; Silveira, 2022).

No ambiente escolar, as crianças diagnosticadas no TEA apresentam variados

comportamentos interferentes e, para uma melhor intervenção da rede escolar, se faz necessário intervir de modo correto para que não intensifique esses comportamentos. Dessa forma, o comportamento, um princípio básico da Análise do Comportamento, é que este ocorra por causa das variáveis ambientais. Assim, na ABA é utilizado a “avaliação funcional”, que é o processo de coleta de informações sobre o antecedente e consequências que estão funcionalmente relacionados à ocorrência de um problema de comportamento” (Miltenberger, 2023, p. 174). A análise dessa avaliação funcional deve ser realizada em um trabalho colaborativo entre a unidade escolar e a equipe multiprofissional que acompanha a criança.

Outra técnica utilizada na ABA é a Aprendizagem Sem Erros. Conforme destacado por Lear (2004), é o sistema de hierarquia de dicas que utiliza a ajuda máxima para a mínima, até que o comportamento desejado seja realizado de forma independente. Essa abordagem diminui a probabilidade de frustrações e aumenta a motivação, pois a criança é auxiliada para reduzir o erro e aumentar os acertos.

Lear (2004) ainda ressalta, o Ensino por Tentativas Discretas (DTT) também se faz de extrema importância a ser utilizado em sala de aula, pois é dividido em sequências pequenas ou até mesmo separado e ensinados por partes, empregado o reforço positivo e dicas de ajuda para que o estudante consiga compreender os comandos realizado pelo professor. Assim, possibilita que a criança tenha mais possibilidades de ensino e menor frustrações (Borba, 2022).

O reforço positivo por meio da utilização da Economia de Fichas, também é uma das intervenções importantes a ser utilizada na mudança do comportamento da criança. De acordo com Almeida e Martone (2018), essa estratégia oferece recompensas simbólicas, como fichas ou estrelas, que podem ser trocadas por itens do interesse da criança. A cada tarefa concluída ou comportamento adequado, o estudante recebe uma ficha, criando um ciclo de motivação e engajamento. O uso de fichas aumenta a probabilidade da criança continuar engajada na atividade. Assim, a criança recebe as fichas até ter acesso ao um reforçador desejado, além de possibilitar que a criança tenha um menor número de reforçadores, diminuindo a saciação (Duarte, Silva e Veloso, 2018).

Hora (2018, p. 72) enfatiza que as “pistas visuais, portanto, funcionam como uma ajuda necessária fornecida ao estudante para aumentar a probabilidade de ocorrência de uma resposta correta”. Nas pistas visuais, podem ser utilizadas quadros de rotinas, *cards* com imagens, calendários, uso de desenhos, fichas de emparelhamentos e outros. No

entanto, deve-se tomar cuidado com o uso excessivo de pistas visuais nas paredes de forma aleatórias. É necessário que essas dicas sejam planejadas e organizadas para que de fato possibilite a aprendizagem da criança (Brito, 2022).

Portanto, a utilização das intervenções da ABA na Educação Especial promove o desenvolvimento emocional e social, bem como contribui para a aprendizagem da criança, proporcionando oportunidades de aprendizagem. Investir na formação dos professores de AEE em Análise do Comportamento Aplicada é uma estratégia essencial para potencializar o atendimento especializado, garantindo um suporte mais qualificado aos professores e promovendo uma educação de qualidade os estudantes com TEA e outras necessidades educacionais específicas, valorizando as potencialidades dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, destacamos a importância do professor de Atendimento Educacional Especializado ao realizar a formação continuada em Análise do Comportamento Aplicada. A ABA é uma abordagem baseada em evidências científicas, que oferece estratégias que podem ser aplicadas no ambiente escolar que auxiliam na aprendizagem de habilidades básicas, na construção de comportamentos funcionais e no engajamento nas atividades.

Desse modo, o professor de AEE tem um papel fundamental no processo de orientações no contexto escolar, pois realiza os atendimentos de forma individualizada. A capacitação em ABA se torna indispensável na realização de um trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional que atende a criança. Essa formação amplia a capacidade para a análise dos comportamentos dos estudantes e para a escolha de estratégias pedagógicas assertivas.

A escola é um ambiente que apresenta estilos de aprendizagens diferentes, exigindo diferentes estratégias, principalmente para crianças no TEA, em que se faz necessário compreender a sua forma de aprendizagem e suas singularidades. Quando a comunicação não é concretizada, a criança no TEA pode apresentar comportamentos interferentes ou crises. Assim, quando o professor atua na prevenção desses comportamentos e crises, o processo se torna mais eficaz, além de possibilitar a aquisição de novas habilidades.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ALMEIDA, Luisa de Souza Leão e MENEZES, Aline Beckmann. Reconhecendo barreiras atitudinais para a construção de uma escola inclusiva. In: MENEZES, Aline Beckmann de Castro. **Ensinar e aprender**: desafios para educação do século XXI. Curitiba: ABPMC, 2022.

ALA'I-ROSALES, Shahla; CIHON, Joseph. H.; CURRIER, Thomas. D.; FERGUSON, Julia. L., LEAF, Justin. B.; LEAF, Ron.; WEINKAUF, Sara. M. The Big Four: functional assessment research informs preventative behavior analysis, **Behavior Analysis in Practice**, [S. l], v. 12, n. 1, p. 222- 234, 2018.

ALMEIDA, Christiana Gonçalves Meira de; MARTONE, Meira de. Ensino por tentativas discretas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. In: SELLA, Ana Carolina e RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do Comportamento aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 de set. De 2025.

BRASIL, Casa Civil. **Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

BRITO, Aída Teresa dos Santos. Uso de pistas visuais no contexto escolar para inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. In: MENEZES, Aline Beckmann de Castro. **Ensinar e aprender**: desafios para educação do século XXI. Curitiba: ABPMC, 2022.

BORBA, Marilu Cruz de. Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista no contexto escolar. In: MENEZES, Aline Beckmann de Castro (org.). **Ensinar e aprender**: desafios para educação do século XXI. Curitiba: ABPMC, 2022.

CASTRO. Thiago. **Simplificando o autismo para pais, familiares e profissionais**. 2. ed. São Paulo. Literatura Books International, 2024.

COELHO, Fábio. **TEA sem crise**: guia prático para prevenir comportamentos-problemas graves de forma humanizada e eficiente. Brasília: Ed do autor, 2025.

DEBALD, Fátima Regina Bergonsi. As formações inicial e continuada de professores para atendimento de crianças com TEA. *In*: CASTRO, Thiago (org.). **Simplificando o autismo**: para pais, familiares e profissionais. 2. ed. São Paulo: Literatura Books International, 2024.

DE MARCO, Rafael Lazzari; DANIEL, Maria Beatriz Nanni; CALVO, Eduardo Nanni; DUARTE, Cintia Perez; SILVA, Luciana, Coltri; VELLOSO, Renato de Lima. **Estratégia da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018.

GAIATO, Mayra Helena Bonifácio; ZOTESSO, Marina Cristina; SILVEIRA, Rodrigo da Rosa; FERREIRA, Lidiane. Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo embasada em estratégias naturalísticas: revisão da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 15, n. 10, e10919, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10919>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Camila Graciella Santos; SILVEIRA, Analice Dutra. **Ensino de habilidades básicas para pessoas com autismo**: manual para intervenção comportamental intensiva. 2. ed. Curitiba: Appris, 2022.

HORA, Cássia Leal da. Procedimentos de dicas e correções de erros: para que servem e como utilizar? *In*: DUARTE, Cintia Perez; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO, Renata de Lima (org.). **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo. Memnon, 2018.

LEAR, Kathy. **Ajude-nos a aprender**: manual de treinamento em ABA. Toronto: Canadá: 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos, relatórios, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, Raquel Maria de.; ALBUQUERQUE, Alessandra; POSTALLI, Lídia Maria Marson; SOUZA, Deysi das Graças de. Ensino de pré-requisitos relevantes para a aprendizagem de leitura e escrita e Ampliação do Programa de Ensino ALEPP. *In*: ALBUQUERQUE, Alessandra; MELO, Raquel Maria de. **Contribuições da análise do comportamento para a compreensão da leitura e escrita**: aspectos históricos,

conceituais e procedimentos de ensino. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. 1 v. em 2.

MILTENBERGER, Raymond G. **Modificação do comportamento**: teoria e prática. São Paul: Cengage, 2023.

PENHA, Maria Cleonice Santos de Melo; OLIVEIRA, Elineide Cavalcanti de; KLAUCH, Jorge José; SANTOS, Luciana Monteiro dos; ANDRADE FILHO, Marcos Antônio Soares de. Educação Especial Inclusiva através da Análise do Comportamento Aplicada – ABA. **Revista Ilustração**. [S. l.], v. 5. n. 5. p. 125-140, 2024. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/337>. Acesso em: 4 maio. 2025.

RETZLAFF, Talita Santos; OLIVEIRA, Aldo Sena de Oliveira; BRITO, Lucelmo Lacerda de. **Transtorno do Espectro Autista – TEA uma Formação para uma ação transformadora**. 2020. 52 f. Produto Educacional. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática – Universidade de Blumenau, Blumenau, 2020.

SANTANA, Andressa Maciel Nonato, TEXEIRA, Verônica Rejane de Lima. A importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em escolas públicas. **Id on Line Rev. Psic.** [S. l.], v.16. n. 63, p. 299-313, 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3588>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SILVA, Ana Beatriz; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular**: entenda o autismo. Fontanar, 2012.

SOUZA, Dayane Viana de; VIANA, Greicimara Mota. Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no apoio a crianças com TEA no contexto escolar. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 11, e6436, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6436>. Acesso em: 4 mar. 2025.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). **Manual de Orientação Transtorno do Espectro do Autismo**. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. n. 5, 2019.